

Energética São Patrício S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e aos Administradores da Energética São Patrício S.A.

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energética São Patrício S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energética São Patrício S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração de receita – Gestão em Energia de Geração Distribuída

Veja as notas nº 3. je nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam na rubrica de Receita operacional líquida o montante de R\$ 29.317 oriundas de prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída, oriundas da controlada HB Esco Gestão de Energia Ltda. (“HB ESCO”).</p> <p>As receitas da Companhia de prestação de serviços de gestão em energia são reconhecidas no momento do consumo de energia pelo cliente, e sua mensuração considera um percentual da economia gerada aos clientes em decorrência de volumes de geração, compensação de créditos e tarifação da distribuidora e preço da energia comercializada.</p> <p>Para determinar o montante das receitas de serviços de gestão em energia auferidas pela controlada HB ESCO, a Companhia apura o percentual de economia gerada aos clientes conforme os contratos de Geração Distribuída. O percentual da economia gerada aos clientes é apurado contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração e preço da energia comercializada. Assim, as receitas da controlada são mensuradas considerando os percentuais de economia gerada à cada cliente. Assim, determinamos o reconhecimento e a mensuração das receitas oriundas de tais contratos como um assunto significativo em nossa auditoria, por ser uma área em que houve julgamentos significativos relativos, inclusive, às estimativas contábeis que apresentam alto grau de incerteza.</p>	<p>Como parte de nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a implementação de controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e mensuração da receita, bem como a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia.</p> <p>Recalculamos os percentuais de economia gerada de energia individualmente para cada contrato de gestão de energia da HB ESCO com base nas informações utilizadas pela Companhia de relatórios externos de consumo de energia e controles gerenciais de acompanhamento da geração das usinas.</p> <p>A fim de avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia efetuamos confrontos dos relatórios utilizados pela Companhia com os contratos de clientes e as informações externas utilizadas para o cálculo.</p> <p>Como parte de nossos procedimentos, inspecionamos faturas e documentação suporte para a totalidade das receitas auferidas pela controlada.</p> <p>Adicionalmente, realizamos procedimentos para determinar a integridade das receitas do exercício por meio do recálculo e inspeção documental para as receitas auferidas em janeiro de 2023 e 2022 e sua devida competência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>Identificamos ajustes imateriais no reconhecimento da receita no final do exercício de 31 de dezembro de 2022, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração.</p> <p>Desta forma, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima</p>

	sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

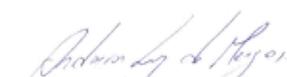
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de Março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC SP – 014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Energética São Patrício S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.864	5.070	50.060	12.353
Contas a receber	6	-	-	12.588	8.893
Mútuos a receber partes relacionadas	8	1.351	-	-	472
Impostos a recuperar		272	4	409	777
Outros ativos	7	-	-	7.615	834
Total do ativo circulante		42.487	5.074	70.672	23.329
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	8.386	9.860	8.383	11.134
Mútuos a receber partes relacionadas	8	-	303	21.137	21.137
Outros ativos		906	906	906	906
Depósitos judiciais		-	-	1.288	1.168
Realizável a longo prazo		9.292	11.069	31.717	34.345
Investimentos	9	272.721	263.643	35.980	34.344
Imobilizado	10	-	-	227.580	234.518
Intangível	9.a	-	-	2.349	2.560
Total do ativo não circulante		282.013	274.712	297.626	305.767
Total do ativo		324.500	279.786	368.298	329.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	23.724	29.757	23.724	33.493
Fornecedores		-	-	10.344	8.870
Obrigações tributárias		-	38	1.693	-
Contas a pagar		-	-	-	1.585
Adiantamento de clientes	7	-	-	1.559	2.706
Mútuos a pagar partes relacionadas	8	18.930	546	20.321	548
Dividendos a pagar	13	43.345	16.200	43.288	16.200
Total do passivo circulante		85.999	46.541	100.929	63.402
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	11	198.501	33.500	198.501	37.077
Obrigações tributárias		-	-	1.331	1.503
Mútuos a pagar partes relacionadas	8	-	-	6.575	7.394
Total do passivo não circulante		198.501	33.500	206.407	45.974
Patrimônio líquido					
Capital social	13.a	20.000	84.356	20.000	84.356
Reserva de lucros	13.b	20.000	115.389	20.000	115.389
Total do Patrimônio líquido		40.000	199.745	40.000	199.745
Participação de não controladores		40.000	199.745	20.962	19.975
				60.962	219.720
Total do passivo e do patrimônio líquido		324.500	279.786	368.298	329.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	14	-	-	122.691	106.063
Custos operacionais	15	-	-	(18.989)	(26.725)
Lucro/Prejuízo Bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103.702</u>	<u>79.338</u>
(Despesas)/ receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	16	(3.189)	(358)	(3.981)	(1.093)
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	93.063	74.062	5.438	7.856
		<u>89.874</u>	<u>73.704</u>	<u>1.457</u>	<u>6.763</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		89.874	73.704	105.159	86.101
Receitas financeiras		5.057	322	5.570	746
Despesas financeiras		(25.046)	(5.728)	(25.099)	(6.502)
Resultado Financeiro líquido	18	<u>(19.989)</u>	<u>(5.406)</u>	<u>(19.529)</u>	<u>(5.756)</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		69.885	68.298	85.630	80.345
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.129)	(89)	(8.756)	(6.924)
Lucro líquido do exercício		<u>68.756</u>	<u>68.209</u>	<u>76.874</u>	<u>73.421</u>
Atribuído ao controlador		68.756	68.209	68.756	68.209
Atribuído aos não controladores		-	-	8.118	5.212
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$				1,37	1,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	68.756	68.209	76.874	73.421
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>68.756</u>	<u>68.209</u>	<u>76.874</u>	<u>73.421</u>
Atribuído ao controlador	-	-	68.756	68.209
Atribuído aos não controladores	-	-	8.118	5.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		84.356	8.558	65.520	-	158.434	20.139	178.573
Distribuição de lucros		-	-	(10.698)	-	(10.698)	(5.376)	(16.074)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	68.209	68.209	5.212	73.421
Constituição de reserva legal	13.b	-	3.410	-	(3.410)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(16.200)	(16.200)	-	(16.200)
Alocação de lucros acumulados		-	-	48.599	(48.599)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		84.356	11.968	103.421	-	199.745	19.975	219.720
Redução de capital	13.a	(64.356)	-	-	-	(64.356)	-	(64.356)
Distribuição de lucros		-	-	(147.815)	-	(147.815)	(7.099)	(154.914)
Lucro líquido do exercício	13.b	-	-	-	68.756	68.756	8.118	76.874
Constituição de reserva legal	13.c	-	3.438	-	(3.438)	-	-	-
Reversão de reserva legal	13.c	-	(11.406)	11.406	-	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(16.330)	(16.330)	-	(16.330)
Alocação de lucros acumulados		-	-	48.989	(48.989)	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	(32)	(32)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		20.000	4.000	16.000	-	40.000	20.962	60.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	68.756	68.209	76.874	73.421
Ajuste para:				
Depreciações e amortização	211	211	8.503	8.238
Equivalência patrimonial	(93.063)	(74.062)	(5.438)	(7.856)
Juros sobre empréstimos	24.970	5.725	24.992	6.502
Rendimento de aplicações financeiras	(5.057)	-	(5.570)	-
	<u>(4.183)</u>	<u>83</u>	<u>99.361</u>	<u>80.305</u>
Variação em ativos				
Contas a receber	-	-	(3.695)	(2.820)
Impostos a recuperar	(270)	-	367	(287)
Outros ativos	-	-	(6.781)	1.584
Depósito judicial	-	-	(120)	(108)
Variação em passivos				
Fornecedores	-	-	1.474	7.903
Obrigações tributárias e trabalhistas	385	35	7.698	-
Contas a pagar	-	-	(1.585)	(300)
Adiantamento de clientes	-	-	(1.147)	-
	<u>(4.068)</u>	<u>118</u>	<u>95.572</u>	<u>86.277</u>
Juros pagos	(17.745)	(5.725)	(17.745)	(6.476)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(422)	(53)	(6.177)	(6.347)
Caixa líquido gerado/utilizado atividade operacionais	(22.235)	(5.660)	71.628	73.454
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(3.820)	-	(3.832)	-
Mútuos recebidos de partes relacionadas	3.104	2.393	3.104	1.008
Aplicações financeiras	(21.190)	(5.206)	(21.023)	(3.756)
Resgate de aplicações financeiras	27.721	-	29.341	-
Dividendos recebidos das investidas	83.774	76.311	3.802	5.206
Diminuição/(Acréscimo) de investimentos	-	52	-	-
Imobilizado	-	-	(1.354)	-
Outros	-	-	(132)	-
	<u>89.589</u>	<u>73.550</u>	<u>9.906</u>	<u>2.458</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	89.589	73.550	9.906	2.458

Energética São Patrício S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Atividades de financiamento				
Mútuos concedidos a partes relacionadas	640	-	(5.987)	-
Mútuos pagos a partes relacionadas	(765)	(1.344)	(4.010)	(615)
Capitação de financiamentos e debêntures	215.000	-	215.000	-
Amortização de financiamentos e debêntures	(63.257)	(21.000)	(70.470)	(28.228)
Redução de capital	(46.179)	-	(46.180)	-
Dividendos pagos	(136.999)	(41.400)	(144.155)	(41.400)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamentos	(31.560)	(63.744)	(43.827)	(70.243)
<hr/>				
(Aumento) no caixa e equivalentes de caixa	35.794	(4.146)	37.707	5.669
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	5.070	924	12.353	6.684
No final do exercício	40.864	5.070	50.060	12.353
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	35.794	4.146	37.707	5.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energética São Patrício S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de novembro de 2003, com sede na Cidade de Belo Horizonte – MG, na Avenida Raja Gabaglia, nº 339, sala nº 24, Bairro Cidade Jardim, tendo como atividade preponderante a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades. Na data de encerramento das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas possuía participação nas seguintes empresas:

Descrição	Atividade	Participação	% Participação	
			2022	2021
Controladas:				
Riacho Preto Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Lagoa Grande Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Alto Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Antônio Dias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Cachoeirinha Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
CG Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Espraiado Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Farias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
HB ESCO Gestão em Energia LTDA	Prestação de Serviço de Gestão	direta	99,998	99,998
Limoeiro Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Pardo Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Pitangas Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Palmeiras Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
São Cristóvão Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Simonésia Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Vermelho Velho Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Coligada:				
Vila Real Energia S/A	Produção de energia (CGH/PCH)	direta	32,50	32,50

- Riacho Preto Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Palmeiras (Estado do Tocantins) através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 38, complementada pela Resolução Autorizativa nº 175 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 9,3 MW, com energia contratada assegurada de 42.085 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

- **Lagoa Grande Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do rio Palmeiras através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 37, complementada pela Resolução Autorizativa nº 176 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 25,6 MW, com energia contratada assegurada de 112.660 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica de ambas Companhias, Riacho Preto Energética S.A. e Lagoa Grande Energética S.A., passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

- **Alto Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2012 através da implantação da CGH (Central Geradora Hidrelétrica) Alto Brejaúba, no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Gonzaga-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 03 de setembro de 2028;
- **Antônio Dias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Antônio Dias no rio Ribeirão da Bomba na cidade de Antônio Dias-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 09 de janeiro de 2029;
- **Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2012 através da implantação da CGH Brejaúba no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Santa Efigênia de Minas. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 11 de setembro de 2028;
- **Cachoeirinha Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Cachoeirinha, no rio Cachoeirinha, na cidade de Bueno Brandão - MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 12 de fevereiro de 2030;
- **CG Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de outubro de 2012 através da implantação da CGH Corrente Grande no rio Corrente Grande na cidade de Guanhães-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 23 de outubro de 2028;
- **Espraiado Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Espraiado no rio Espraiado na cidade de Tocos do Moji-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença para operação válida até 30 de janeiro de 2028;
- **Farias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Farias no rio Ribeirão Farias na cidade de Guanhães-MG. Tem

potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 29 de outubro de 2028;

- **HB ESCO Gestão em Energia LTDA:** A Companhia tem atividades no segmento de prestação de serviços de gestão em energia, utilizando-se da denominada Geração Distribuída, estabelecida no inciso III do Art. 2º da Resolução Normativa nº 482/2012 da ANEEL;
- **Limoeiro Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Limoeiro no rio Cachoeirinha na cidade de Bueno Brandão-MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 22 de setembro de 2029;
- **Pardo Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2014 através da implantação da CGH Pardo, no rio Pardo na cidade de Caldas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 29 de outubro de 2029;
- **Pitangas Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Pitangas no rio Ribeirão Pitangas, na cidade de Braúnas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 29 de novembro de 2028;
- **Palmeiras Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de setembro de 2013 através da implantação da CGH Palmeiras, no rio José Pedro na cidade de Durandé-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 11 de setembro de 2030;
- **São Cristóvão Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2016 através da implantação da CGH Vista Verde, no ribeirão na cidade de Rio Preto-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 21 de agosto de 2027;
- **Simonésia Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2014 através da implantação da CGH Simonésia no rio José Pedro na cidade de Simonésia-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 07 de abril de 2020, com pedido de renovação protocolado tempestivamente;
- **Vermelho Velho Energia S/A:** Teve operação iniciada em 19 de novembro de 2014 através da implantação da CGH Vermelho Velho no rio Vermelho na cidade de Raul Soares - MG. Tem potência instalada de 2,5 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 22 de setembro de 2032;
- **Vila Real Energia S.A. –** Constituída em 22 de abril de 2014 e encontra-se em operação através de sua subsidiária integral Maynart Energética LTDA, que possui 04 CGHs e 02 PCHs.

Gestão operacional e liquidez

As demonstrações contábeis da Energética São Patrício S.A e suas subsidiárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. No entanto, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 43.512 e de R\$ 30.257 (respectivamente controladora e consolidado), porém há R\$ 43.345 referentes a dividendos a pagar e outros R\$ 18.176 referentes a saldo de redução de capital social a pagar, que compõe o saldo de Mútuos a pagar partes relacionadas.

Na avaliação do pressuposto da continuidade operacional a Administração demonstrou histórico e projeções de geração de caixa operacional suficiente para honrar suas obrigações apresentadas no passivo circulante, além de lucros históricos e projeções.

Conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para geração de fluxo de caixa para anos seguintes afim de continuar operando no futuro previsível e, com base no seu julgamento, concluiu que não há incerteza material em relação a continuidade operacional.

A Companhia possui suporte financeiro de seus acionistas em caso de necessidades eventuais de caixa. Pelos motivos expostos a Administração não tem dúvida sobre a continuidade operacional da Companhia.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e o CPC 36 (R3) e compreendem as informações da Companhia e de suas controladas mencionadas na Nota explicativa nº 1.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora e

são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na

proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.c e 9** - Depreciação e amortização - a Companhia utiliza-se da orientação do órgão regulador para vida útil estimada, porém revisa anualmente essas estimativas e avalia se refletem de fato a real vida útil dos seus ativos;
- **Nota explicativa 3.d** - Recuperabilidade dos ativos - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- **Nota explicativa 12** - Provisões para demandas judiciais - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 14** – Receita Operacional líquida - mensuração da receita: a receita gerada na controlada HB ESCO consiste em oferecer aos clientes a possibilidade de economia de energia, no momento do consumo no cliente final, utilizando-se da denominada Geração Distribuída, estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012.

3 Políticas contábeis

Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia gestão das obrigações de curto prazo.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, considerando a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

As contas a receber são também ajustadas de prováveis descontos compulsórios definidos pelo regulador, onde são considerados os critérios definidos por este regulador e a probabilidade de ocorrência do mesmo.

Pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. A utilização de tais taxas de depreciação é limitado ao período de concessão/autorização das referidas usinas. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

(iv) *Baixa*

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. Provisões

(v) *Reconhecimento e mensuração*

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) *Instrumentos financeiros*

O Grupo não reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - investimentos de dívida mensurados ao VJR, uma vez que tais empréstimos são reconhecidos e contabilizados a valor justo.

O Grupo avalia os saldos em aberto do contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e

efetua uma provisão para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa no exercício.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

(ii) Ativos não financeiros

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realizá-lo e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

f. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente (continuação)*

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo não tem nenhum instrumento financeiro derivativo.

h. Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

i. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j. Receita de contratos com clientes

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada, preço e metodologia de cálculo especificadas nos termos contratuais firmados. O faturamento é feito em bases mensais.

Em relação à sua controlada HB ESCO, para determinar o montante das receitas de serviços de gestão em energia auferidas, a Companhia apura o valor da economia gerada aos clientes nos contratos de Geração Distribuída. O valor da economia gerada aos clientes é apurado, contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração, compensação de créditos e tarifação da distribuidora e preço da energia comercializada. Assim, as receitas da controlada são mensuradas com base em um percentual da redução de custos (benefícios) transferidos ao cliente.

Os princípios fundamentais da CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

De acordo com a CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de

juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

1. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- CPC 50 - Contratos de Seguros
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).
- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26));
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários	39	5.070	94	5.689
Aplicações financeiras	40.825	-	49.966	6.664
Total	40.864	5.070	50.060	12.353

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras em renda fixa de perfil conservador, pós fixadas, em CDBs de grandes bancos com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), ou fundos investidos majoritariamente em títulos do governo (“Tesouro SELIC”), sem perda substancial de valor em eventual resgate, liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito.

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em fundos FIC e Certificado de Depósitos Bancários e possuem rentabilidade conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Banco Santander (a)	8.386	9.860	8.386	9.860
Itaú Unibanco (b)	-	-	-	1.274
Total	8.386	9.860	8.386	11.134
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	8.386	9.860	8.386	11.134

- (a) Aplicação financeira no fundo Santander Sovereign Renda Fixa Referenciado DI, do banco Santander, pós fixado, caracterizado como de risco muito baixo, com rentabilidades mensais variáveis, próximas a 100% do CDI, sem perda substancial de valor em eventual resgate.
- (b) Aplicações financeiras em CDB do banco Itaú Unibanco S.A. que eram vinculadas a garantia com os Contratos de Financiamento mencionados na Nota Explicativa nº 10, captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA. Trata-se de aplicações pós fixadas variadas, vinculadas à variação mensal do CDI, que variaram entre 102,25% e 110,00% em 2021, conforme definido na contratação de cada operação. sem perda substancial de valor em eventual resgate.

6 Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Eletróbrás – Centrais Elétricas Brasil (a)	-	-	8.538	5.593
CCEE* – Liquidação financeira (b)	-	-	-	216
Clientes nacionais (c)	-	-	4.050	3.300
(-) Provisão para perda esperada de crédito (d)	-	-	-	(216)
Total	-	-	12.588	8.893

- (*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
- (a) Refere-se a saldo a receber de energia vendida à Eletróbrás competente ao Contrato de Venda nº CT – PROINFA/ PCH - 002/2004 e PCH005/2004 firmado entre as partes. Pelo curto prazo do giro de recebimento (45 dias), a Administração entende que não há efeitos significativos do ajuste a valor presente domontante.
- (b) Refere-se a saldo a receber junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE em virtude de excedente de geração disponibilizada na rede pelas CGHs que operam no mercado livre. Em virtude de o referido saldo apresentar inadimplência a mais de 180 dias, em função de a liquidação financeira estar bastante limitada devido a liminares concedidas no contexto de judicialização do setor, optou-se por registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa de todo montante. Durante o exercício de 2022, o saldo de contas a receber foi liquidado, e revertido a provisão.
- (c) Contas a receber proveniente de arrendamento das CGHs.
- (d) A Companhia não possui saldos de contas a receber vencidos. Existia um saldo de longa data mantido no contas a receber que era integralmente provisionado e diz respeito ao item (b) mencionado anteriormente.

7 Outros créditos e Adiantamento de clientes

Outros Créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a cliente – Eletróbrás (a)	-	-	6.825	-
Outros	-	-	790	834
Total	-	-	7.615	834

Adiantamento de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021

Adiantamento de cliente – Eletrobrás (a)	-	-	-	2.286
Outros	-	-	1.559	420
Total	-	-	1.559	2.706

- (a) Refere-se ao saldo devedor no ano de 2022, (credor no ano de 2021) entre o valor recebido a título de faturamento realizado no ano do contrato firmado junto a Eletrobrás e a energia disponibilizada na rede pelas controladas.

8 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar representam, principalmente, operações de empréstimos (mútuos) entre a receber e pagar entre empresas do Grupo e com a Controladora Hy Brazil. Outros montantes correspondem às operações comerciais de prestação de serviços.

Os saldos estão assim apresentados:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos com partes relacionadas a receber (a)				
Alto Brejaúba S/A	-	-	830	830
Antônio Dias Energia S/A	-	104	72	72
Brejaúba Energia S/A	-	-	588	588
Cachoeirinha Energia S/A	-	-	2.563	2.583
CG Energia S/A	-	-	593	593
Espraiado Energia S/A	-	-	469	469
Farias Energia S/A	-	-	70	70
HB ESCO Gestão em Energia S/A	-	-	8.248	8.248
Limoeiro Energia S/A	-	-	2.391	2.391
Palmeiras Energia S/A	-	199	-	-
Pardo Energia S/A	-	-	2.672	2.672
Pitangas Energia S/A	-	-	690	690
São Cristóvão Energia S/A	930	-	-	-
Simonésia Energia S/A	-	-	1.931	1.931
Vermelho Velho Energia S/A	421	-	-	472
Total	1.351	303	21.137	21.609
Circulante	1.351	-	-	472
Não Circulante	-	303	21.137	21.137

- (b) A totalidade dos saldos correspondem ao custeio operacionais das usinas oriundos, principalmente, da fase de construção, sem cobrança de juros e sem vencimento definido.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos com partes relacionadas a pagar				
Consórcio Rio Palmeiras (a)	-	-	-	6.718
Toctao Engenharia LTDA (b)	-	-	1.828	196
GMS Engenharia LTDA (b)	-	-	-	481
Hy Brazil Energia S/A (a)	18.176	-	18.176	548
Alto Brejaúba Energia S/A	10	-	-	-
Vermelho Velho Energia S/A	-	11	-	-
HB ESCO Gestão em Energia LTDA	400	535	-	-
Lagoa Grande Energética S.A.	-	-	4.740	-

Limoeiro Energia S//A	-	-	8	-
Palmeiras Energia S/A	1	-	-	-
Pardo Energia S/A	343	-	672	-
São Cristóvão Energia S/A	-	-	541	-
Simonésia Energia S/A	-	-	931	-
Total	18.930	546	26.896	7.943
Circulante	18.930	546	20.321	548
Não Circulante	-	-	6.575	7.395

- (a) O saldo com as partes relacionadas Consórcio Rio Palmeiras – CRP e Hy Brazil, são originados pelo pagamento de despesas da Companhia pelas mutuantes. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.
- (b) Os saldos com as partes relacionadas Toctao e GMS Engenharia LTDA. São originados pela prestação de serviços referente a construção da usina ocorridos em 2008 e reconhecidos, para ajuste e adequação do patrimônio, em contrapartida ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.

b. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não pagou remuneração direta aos seus administradores, cabendo aos mesmos apenas a parcela da distribuição de lucros recebida pelos acionistas pessoa jurídica nos quais os mesmos fazem parte.

9 Investimentos

a. Composição dos investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande (a)	2.349	2.560	-	-
Investimentos em controladas e coligadas	270.372	261.083	35.980	34.344
Total	272.721	263.643	35.980	34.344

- (a) Os respectivos ágios foram constituídos mediante aquisição por parte da controladora de participação de acionistas não controladores em virtude de expectativa de rentabilidade futura. Tendo em vista a vida útil definida desta rentabilidade, a qual compreende o período de concessão/autorização para operar na produção e comercialização de energia, os mesmos são amortizados linearmente dentre a data da entrada em operação das usinas (dezembro de 2008), até a data de término das concessões/autorização públicas (fevereiro de 2034). O valor anual da amortização é de R\$ 211. Para fins de demonstração consolidado, os respectivos ágios são classificados como intangível.

b. Detalhamento dos investimentos em controladas e coligadas na controladora

Controladas	Em 31 de dezembro de 2022					
	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial	
Riacho Preto Energética S.A.	84,59	35.716	10.338	30.210	8.744	
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59	100.264	42.325	84.808	35.801	
Alto Brejaúba Energia S/A	100,00	6.560	1.314	6.560	1.314	
Antônio Dias Energia S/A	100,00	6.871	1.602	6.871	1.602	
Brejaúba Energia S/A	100,00	7.579	1.244	7.579	1.244	
Cachoeirinha Energia S/A	100,00	5.493	378	5.493	378	
CG Energia S/A	100,00	6.790	761	6.790	761	

Energética São Patrício S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

Espraiado Energia S/A	100,00	8.858	1.353	8.858	1.353
Farias Energia S/A	100,00	7.225	1.818	7.225	1.818
HB ESCO Gestão em Energia LTDA	99,998	10.024	24.273	10.024	24.273
Limoeiro Energia S/A	100,00	5.743	1.220	5.743	1.220
Pardo Energia S/A	100,00	9.373	1.704	9.373	1.704
Pitangas Energia S/A	100,00	8.349	1.511	8.349	1.511
Palmeiras Energia S/A	100,00	10.942	2.251	10.942	2.251
São Cristóvão Energia S/A	100,00	10.027	1.277	10.027	1.277
Simonésia Energia S/A	100,00	5.428	1.358	5.428	1.358
Vermelho Velho Energia S/A	100,00	10.055	1.016	10.055	1.016
Coligada					
Vila Real Energia S/A	32,50	110.883	16.908	36.037	(5.495)
Total		366.180	112.651	270.372	93.120

Em 31 de dezembro de 2021

Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	84,59	33.959	6.616	28.724	5.596
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59	95.618	27.187	80.878	22.996
Alto Brejaúba Energia S/A	100,00	6.506	1.368	6.506	1.399
Antônio Dias Energia S/A	100,00	6.678	1.270	6.678	1.334
Brejaúba Energia S/A	100,00	7.615	1.331	7.615	1.378
Cachoeirinha Energia S/A	100,00	6.050	443	6.050	443
CG Energia S/A	100,00	6.899	795	6.899	835
Espraiado Energia S/A	100,00	8.725	1.108	8.725	1.142
Farias Energia S/A	100,00	6.177	1.323	6.177	1.358
HB ESCO Gestão em Energia LTDA	99,998	11.150	21.760	11.150	21.760
Limoeiro Energia S/A	100,00	6.167	565	6.167	565
Pardo Energia S/A	100,00	9.209	1.562	9.209	1.562
Pitangas Energia S/A	100,00	7.888	1.468	7.888	1.511
Palmeiras Energia S/A	100,00	10.573	1.960	10.573	1.961
São Cristóvão Energia S/A	100,00	8.751	1.419	8.751	1.419
Simonésia Energia S/A	100,00	5.709	274	5.709	274
Vermelho Velho Energia S/A	100,00	9.039	969	9.039	969
Coligada					
Vila Real Energia S/A	32,50	105.675	22.839	34.344	7.856
Total		352.388	94.257	261.082	74.062

c. Informação das investidas

Em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício	Equival. Patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	3.904	35.074	734	2.529	35.716	13.904	(3.566)	10.338	8.744
Lagoa Grande Energética S.A.	13.731	92.756	854	5.369	100.264	52.174	(9.849)	42.325	35.801
Alto Brejaúba Energia S/A	427	6.182	49	-	6.560	1.739	(425)	1.314	1.314
Antônio Dias Energia S/A	756	6.311	196	-	6.871	2.146	(544)	1.602	1.602
Brejaúba Energia S/A	398	7.250	70	-	7.579	1.734	(490)	1.244	1.244
Cachoeirinha Energia S/A	284	7.907	2.697	-	5.493	1.249	(871)	378	378
CG Energia S/A	392	6.436	38	-	6.790	1.387	(626)	761	761
Espraiado Energia S/A	830	8.126	98	-	8.858	2.082	(729)	1.353	1.353
Farias Energia S/A	857	6.436	69	-	7.225	2.341	(523)	1.818	1.818
HB ESCO Gestão em Energia LTDA	3.108	8.248	1.333	-	10.024	27.423	(3.150)	24.273	24.273
Limoeiro Energia S/A	527	7.816	2.593	8	5.743	2.148	(928)	1.220	1.220
Pardo Energia S/A	814	9.293	734	-	9.373	2.278	(574)	1.704	1.704
Pitangas Energia S/A	1.092	7.629	372	-	8.349	2.278	(767)	1.511	1.511

Energética São Patrício S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

Palmeiras Energia S/A	1.168	9.901	126	-	10.942	3.180	(929)	2.251	2.251
São Cristóvão Energia S/A	784	10.871	1.628	-	10.027	2.071	(794)	1.277	1.277
Simonésia Energia S/A	495	9.976	5.043	-	5.428	2.828	(1.470)	1.358	1.358
Vermelho Velho Energia S/A	712	9.814	470	-	10.055	1.734	(718)	1.016	1.016
Vila Real Energia S/A	702	110.294	113	-	110.883	-	105	16.908	5.495

Em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício	Equival. patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	1.637	36.073	367	3.384	33.959	9.112	(2.253)	6.616	5.596
Lagoa Grande Energética S.A.	7.892	95.840	2.600	5.513	95.618	36.040	(7.477)	27.187	22.996
Alto Brejaúba Energia S/A	184	6.370	48	-	6.506	1.734	(214)	1.368	1.368
Antônio Dias Energia S/A	405	6.544	270	-	6.678	1.756	(311)	1.270	1.270
Brejaúba Energia S/A	187	7.477	49	-	7.615	1.734	(249)	1.331	1.331
Cachoeirinha Energia S/A	380	8.211	2.541	-	6.050	4.178	(3.586)	443	443
CG Energia S/A	272	6.665	38	-	6.899	1.387	(473)	795	795
Espraiado Energia S/A	362	8.412	50	-	8.725	1.734	(475)	1.108	1.108
Farias Energia S/A	451	5.773	46	-	6.177	1.756	(273)	1.323	1.323
HB ESCO Gestão em Energia LTDA	2.906	8.783	539	-	11.150	24.692	(11)	21.760	21.760
Limoeiro Energia S/A	328	8.238	2.399	-	6.167	4.170	(3.479)	564	564
Pardo Energia S/A	313	9.661	634	131	9.209	2.123	(271)	1.562	1.562
Pitangas Energia S/A	353	7.883	349	-	7.888	2.123	(462))	1.468	1.468
Palmeiras Energia S/A	682	10.406	515	-	10.573	2.891	(586)	1.960	1.960
São Cristóvão Energia S/A	648	11.670	1.757	1.811	8.751	2.331	(452)	1.419	1.419
Simonésia Energia S/A	309	10.460	4.483	576	5.709	6.566	(5.743)	274	274
Vermelho Velho Energia S/A	947	10.176	1.026	1.058	9.039	1.734	(411)	969	969
Vila Real Energia S/A	1.340	104.447	112	-	105.675	-	-	22.839	8.565

d. Movimentação dos investimentos

	Em 31 de dezembro de 2022					
	Saldo inicial	Dividendos	Amortizações	Ajuste de Exercícios Anteriores	Equivalência patrimonial	Investimento
Controladas						
Riacho Preto Energética S/A	28.724	(7.122)	-	(136)	8.744	30.210
Lagoa Grande Energética S/A	80.879	(31.830)	-	(42)	35.801	84.808
Alto Brejaúba Energia S/A	6.506	(1.260)	-	-	1.314	6.560
Antônio Dias Energia S/A	6.678	(1.409)	-	-	1.602	6.871
Brejaúba Energia S/A	7.615	(1.280)	-	-	1.244	7.579
Cachoeirinha Energia S/A	6.050	(1.000)	-	65	378	5.493
CG Energia S/A	6.899	(870)	-	-	761	6.790
Espraiado Energia S/A	8.725	(1.220)	-	-	1.353	8.858
Farias Energia S/A	6.177	(770)	-	-	1.818	7.225
HB ESCO Gestão em Energia LTDA.	11.150	(25.398)	-	-	24.273	10.024
Limoeiro Energia S/A	6.167	(1.651)	-	7	1.220	5.743
Pardo Energia S/A	10.573	(1.931)	-	49	2.251	10.942
Pitangas Energia S/A	9.209	(1.540)	-	-	1.704	9.373
Palmeiras Energia S/A	7.888	(1.050)	-	-	1.511	8.349
São Cristóvão Energia S/A	8.751	-	-	-	1.277	10.028
Simonésia Energia S/A	5.709	(1.639)	-	-	1.358	5.428
Vermelho Velho Energia	9.039	-	-	-	1.016	10.055
Coligada						
Vila Real Energia S/A	34.344	(3.803)	-	-	5.495	36.036
Ágio de Aquisição						
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande	2.560	-	(211)	-	-	-
Total	263.643	(83.773)	(211)	(57)	93.120	272.721

Em 31 de dezembro de 2021

	Saldo inicial	Dividendos	Amortizações	Equivalência patrimonial	Investimento
Controladas					
Riacho Preto Energética S/A	26.668	(3.540)	-	5.596	28.724
Lagoa Grande Energética S/A	83.838	(25.955)	-	22.996	80.878
Alto Brejaúba Energia S/A	6.777	(1.670)	-	1.399	6.506
Antônio Dias Energia S/A	6.894	(1.550)	-	1.334	6.678
Brejaúba Energia S/A	7.866	(1.630)	-	1.378	7.615
Cachoeirinha Energia S/A	7.837	(2.230)	-	443	6.050
CG Energia S/A	7.064	(1.000)	-	835	6.899
Espraiado Energia S/A	8.972	(1.390)	-	1.142	8.725
Farias Energia S/A	6.150	(1.330)	-	1.358	6.177
HB ESCO Gestão em Energia LTDA.	11.350	(21.960)	-	21.760	11.150
Limoeiro Energia S/A	7.831	(2.230)	-	565	6.168
Pardo Energia S/A	8.707	(600)	-	1.562	9.209
Pitangas Energia S/A	8.147	(1.060)	-	1.512	7.888
Palmeiras Energia S/A	9.213	(1.770)	-	1.961	10.573
São Cristóvão Energia S/A	7.331	-	-	1.419	8.751
Simonésia Energia S/A	8.625	(3.190)	-	274	5.709
Vermelho Velho Energia	8.071	-	-	969	9.039
Coligada					
Vila Real Energia S/A	31.990	(5.206)	-	7.560	34.344
Ágio de Aquisição					
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande	2.771	-	(211)	-	2.560
Total	266.102	(76.311)	(211)	74.063	263.643

10 Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL que correspondem a vida útil econômica dos bens de acordo com o CPC.

A Lei 14.052/2020 trouxe a possibilidade de repactuação do risco hidrológico, mediante a prorrogação do prazo de concessão/autorização de usinas participantes do MRE. A Companhia detém, através de suas controladas, catorze CGHs e duas PCHs. As CGHs são propriedade, não são objeto de concessão ou autorização, portanto não se enquadram nos requisitos da referida Lei. Já as PCHs Lagoa Grande e Riacho Preto não são participantes do MRE, assim, também não são elegíveis à repactuação. A coligada Vila Real Energia S.A. detém o controle de duas PCHs, Fumaça e Furquim, e solicitaram adesão à repactuação. A homologação foi efetivada pela ANEEL em 2023, de forma que os impactos desta repactuação serão contabilizados neste ano.

As ações das SPEs controladas pela Companhia de sua titularidade, assim como as quotas da HB ESCO Gestão em Energia S.A. foram alienadas fiduciariamente como garantia no âmbito da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	% a.a. - Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos		-	-	3.634	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	2 e 3,33%	-	-	88.005	90.539
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	49.967	51.215
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	85.380	75.225
Móveis e utensílios	10%	-	-	12	17
Veículos	5%	-	-	486	-
Imobilizado em curso					
Estoque		-	-	34	34
Terreno		-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores		-	-	62	58
Intangível		-	-	-	-
Sistema de Transmissão					
Estoques		-	-	-	-
Intangíveis		-	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	-	100
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	-	13.697
Total		-	-	227.580	234.518

Movimentação do ativo imobilizado em 2022 e 2021:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adições (-) baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3.594	-	-	-	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	90.539	-	-	(2.534)	88.005
Edificações, obras civis e benfeitorias	51.215	-	-	(1.342)	49.873
Máquinas e equipamentos	75.225	-	868	(3.755)	72.338
Móveis e utensílios	17	-	-	(4)	13
Veículos	-	486	-	-	486
Imobilizado em curso					
Estoque	34	-	-	-	34
Terreno	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	58	868	(868)	-	58
Sistemas de transmissão					
Intangíveis	39	-	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	100	-	-	(7)	93
Máquinas e equipamentos	13.697	-	-	(650)	13.047
Total	234.518	1.354	-	(8.292)	227.580

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições (-) baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3.594	-	-	-	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	93.073	-	-	(2.534)	90.539
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.556	-	-	(1.341)	51.215
Máquinas e equipamentos	78.980	-	-	(3.755)	75.225
Móveis e utensílios	18	-	-	(1)	17
Imobilizado em curso					
Estoque	34	-	-	-	34
Terreno	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	23	35	-	-	58
Sistemas de transmissão					
Estoques	-	-	-	-	-
Intangíveis	39	-	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	107	-	-	(7)	100
Máquinas e equipamentos	14.347	-	-	(650)	13.697
Total	242.771	35	-	(8.288)	234.518

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Repasso BNDES (Itaú BBA) (a)	-	-	-	7.313
Debêntures (b)	222.225	63.257	222.225	63.257
Total	222.225	63.257	222.225	70.570
Circulante	23.724	29.757	23.724	33.493
Não circulante	198.501	33.500	198.501	37.077

- (a) Financiamentos captados pelas controladas junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA, utilizado para a construção das usinas, e integralmente liquidados em 2022.
- (b) Referente à 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia. A escritura de emissão de debêntures da Companhia prevê algumas cláusulas restritivas (*covenants*) de caráter financeiro e não-financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado.

Vencimento do curto e longo prazo

	Controladora	Consolidado
2023	23.724	23.724
2024	36.694	36.694
2025	41.863	41.863
2026	47.027	47.027
2027	52.196	52.196
2028	20.721	20.721
Total	222.225	222.225

Movimentação:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	63.257	84.257	70.570	98.798
Captações	215.000	-	215.000	-
Amortizações	(63.257)	(21.000)	(70.470)	(28.228)
Encargos Provisionados	24.970	5.725	24.992	6.476
Juros Pagos	(17.745)	(5.725)	(17.767)	(6.476)
Outros	-	-	(100)	-
Saldo final	222.225	63.257	222.225	70.570

12 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia e suas controladas não possuíam processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

a. Recuperação ambiental

A atividade da Companhia, através de suas controladas, é realizada com a utilização de recursos hídricos e modificação de leito de rios e áreas ciliares. Para essas situações, sempre que existentes obrigações futuras decorrentes de eventos já ocorridos, serão constituídas provisões no montante

do desempenho financeiro para seus respectivos reparos. Atualmente a Companhia e suas investidas entende que não são parte, nem possuem nenhum processo ou obrigação futura relacionada à recuperação ou danos ambientais.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$ 20.000 e R\$ 84.356 respectivamente. e representado por 56.132.301 ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações	R\$
Hy Brazil Energia S.A	<u>56.132.301</u>	<u>20.000</u>
Total	<u>56.132.301</u>	<u>20.000</u>

Redução de capital

Do montante resultante da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral em 28 de abril de 2022, R\$ 64.356, foram liquidados R\$ 46.180. O restante do saldo encontra-se em aberto em Partes Relacionadas no Passivo, descrito na NE 8.b.

b. Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei 6.404/76 e suas alterações. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o cálculo para apuração da reserva legal é demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	68.756	68.209
Percentual definido pela legislação	5%	5%
Total	3.438	3.410

Por ocasião da redução de capital incorrida durante o exercício, incorremos também na redução da reserva legal no montante de R\$ 11.406. A Administração da companhia optou por realizar tal saldo como constituição de Dividendos a distribuir.

c. Destinação de lucros

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	68.756	68.209
Percentual – Reserva Legal	5%	5%
Total	3.438	3.410
Base para dividendos mínimos obrigatórios	65.318	64.799
Dividendo mínimo provisionado – 25%	16.330	16.200
Reserva de retenção de lucros	48.989	48.600

Os dividendos mínimos constituídos em 2022 foram de R\$ 16.330.

14 Receita líquida

Receita gerada da venda de energia elétrica:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação com energia elétrica – ACR (a)	-	-	68.095	46.707
Receita de operação com energia elétrica – ACL (b)	-	-	6.461	15.695
Receita de serviços (gestão – HB ESCO) (c)	-	-	29.317	26.031
Receita com arrendamento de CGHs (d)	-	-	23.836	22.112
(-) Impostos incidentes (PIS/COFINS)	-	-	(4.231)	(3.877)
(-) Impostos incidentes (ISSQN)	-	-	(787)	(389)
(-) Provisão risco na realização de venda energia – mercado livre	-	-	-	(216)

Total - - **122.691** **106.063**

- (a) Receita proveniente da venda de energia contratada para a Eletrobrás. A receita é reconhecida pelo valor fixo definido no contrato reajustado anualmente no mês de maio, calculado com base na energia em MWh contratada e ajustado no ano posterior ao montante fornecido.
- (b) Receita gerada, exclusivamente pelas controladas proveniente da venda de energia elétrica vendida através de contratos com comercializadoras.
- (c) Receita proveniente da gestão dos contratos de prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída, considerando os percentuais de economia gerada a cada cliente;
- (d) Receita de arrendamento de CGHs.

15 Custos operacionais

A composição dos custos operacionais da Companhia é conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Material	-	-	(2.121)	(1.086)
Serviços de Terceiros	-	-	(4.048)	(3.219)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.990)	(1.781)
Aluguéis	-	-	(51)	(67)
Depreciação	-	-	(8.292)	(8.238)
Seguros	-	-	(426)	(170)
Combustível	-	-	(535)	(451)
Energia	-	-	(1.412)	(11.482)
Taxas	-	-	(5)	-
Outros	-	-	(109)	(231)
Total	-	-	(18.989)	(26.725)

16 Despesas operacionais

A composição dos custos operacionais da Companhia é conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de Terceiros	(1)	(1)	(110)	(1)
Viagens	-	-	(24)	(16)
Associações de classe	-	-	(19)	(23)
Taxas	(217)	(104)	(406)	(487)
Assessoria externa	(2.644)	(40)	(2.979)	(244)
Parcelamento ICMS – Diferencial de alíquota (a)	-	-	(114)	(109)
Multas	-	-	(2)	-
Amortização de ágio	(211)	(211)	(211)	(211)
Cartórios	(99)	-	(99)	-
Anúncios e publicações	(17)	(2)	(17)	(2)
Total	(3.189)	(358)	(3.981)	(1.093)

- (a) Este valor refere-se a processos judiciais de ICMS das controladas, os quais foram parcelados em março de 2018 com previsão do término em fevereiro de 2028.

17 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita Financeira				
Rendimento de aplicação financeira	5.057	322	5.570	746
Total Receita	5.057	322	5.570	746
Despesas bancárias	(76)	(3)	(107)	(26)
Juros de empréstimos	(24.970)	(5.725)	(24.992)	(6.476)
Total Despesa	(25.046)	(5.728)	(25.099)	(6.502)
Resultado Financeiro	(19.989)	(5.406)	(19.529)	(5.756)

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido às presunções de 8%, 12% e 32% aplicando-se as alíquotas de 15% e 9%, respectivamente. A seguir, reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Venda de Energia Elétrica	-	-	62.954	60.594
Arrendamentos	-	-	23.836	22.112
Prestação de Serviços ESCO	-	-	30.335	26.031
Receita Tributada		-	117.125	108.737
Base presumida IRPJ - 8%	-	-	5.036	4.847
Base Presumida IRPJ - 32%	-	-	17.355	15.406
Outras receitas	3.357	-	3.898	718
Base de cálculo	3.357	-	26.269	20.971
IRPJ (15%)	503	-	3.940	3.146
Adicional de IRPJ (10%)	324	-	2.225	1.673
Despesa com IRPJ	827	-	6.165	4.819
Base presumida CSLL - 12%	-	-	7.554	7.271
Base presumida CSLL - 32%	-	-	17.335	15.406
Outras receitas	3.357	-	3.898	718
Base de cálculo	3.357	-	28.787	23.395
CSLL (9%)	302	-	2.591	2.105
Total IRPJ/CSLL	1.129	-	8.756	6.924
IRPJ/CSLL Diferido	-	-	-	-
Total despesa IRPJ/CSLL	1.129	-	8.756	6.924
Lucro antes dos impostos	69.885	-	85.630	80.345
(x) alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
(=) IRPJ e CSLL	23.761	-	29.114	27.317
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.129	-	8.756	6.924
% alíquota efetiva	1,62%	0%	10,23%	8,61%

19 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como vendas de energia. Em 2022 e 2021 a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

(i) Aplicações financeiras

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base de remuneração.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

(iii) Venda de energia

São contratados com a Eletrobrás, quando no ACR – Ambiente de Contratação Regulado, e consumidores finais ou comercializadoras, quando no ACL – Ambiente de Contratação Livre, e registrados com base no preço contratado da energia, que é reajustável anualmente com base no IGPM no caso do ACR, e pelo IPCA no caso do ACL.

b. Classificação de instrumentos financeiros

	Notas	Controladora				Consolidado				Classificação
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.864	40.864	5.070	5.070	50.060	50.060	12.353	12.353	Custo amortizado
Contas a receber	6	-	-	-	-	12.588	12.588	8.893	8.893	Custo amortizado
Mútuo a receber de partes relacionadas	8	1.351	1.351	-	-	-	-	472	472	Custo amortizado
Outros Créditos		-	-	-	-	7.615	7.615	834	834	Custo amortizado
Total do ativo circulante		42.487	42.487	5.070	5.070	70.672	70.672	21.718	21.718	
Ativo não circulante										
Aplicações financeiras	5	8.383	8.383	9.860	9.860	8.383	8.383	11.134	11.134	Custo amortizado
Mútuos a receber de partes relacionadas	8	-	-	303	303	21.137	21.137	21.137	21.137	Custo amortizado
Outros ativos		906	906	906	906	906	906	906	906	Custo amortizado
Total do ativo não circulante		9.292	9.289	11.069	11.069	30.426	30.426	33.177	33.177	
Passivo circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	11	23.724	23.724	29.757	29.757	23.724	23.724	33.493	33.493	Custo amortizado
Fornecedores		-	-	-	-	10.344	10.344	8.870	8.870	Custo amortizado
Contas a pagar		-	-	-	-	-	-	1.585	1.585	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	8	18.930	18.930	546	546	20.321	20.321	548	548	Custo amortizado
Total do passivo circulante		42.654	42.654	30.303	30.303	54.389	54.389	44.496	44.496	
Passivo não circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	11	198.501	198.501	33.500	33.500	198.501	198.501	37.077	37.077	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	8	-	-	-	-	6.575	6.575	7.394	7.394	Custo amortizado
Total do passivo não circulante		198.501	198.501	33.500	33.500	205.076	205.076	44.471	44.471	

c. Gestão de risco financeiro

(i) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

(ii) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

(iii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e não apresentam risco de perda relevante para fins de sensibilidade na avaliação da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
Ativos (Passivos)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (100% da variação do CDI)	8.383	9.860	8.383	11.134
Empréstimos BNDES (100% da TJLP)	-	-	-	(7.313)
Exposição líquida à taxas de juros	8.383	9.860	8.383	3.821

(iv) Risco do preço da energia

Do ponto de vista da receita, os valores dos contratos sofrem variação em função do IGP-M (como no caso do PROINFA, em que estão as PCHs Lagoa Grande e Riacho Preto), IPCA (no caso das CGHs no ACL – Ambiente de Contratação Livre) ou da variação da tarifa da distribuidora (no caso das usinas em Geração Distribuída – GD). Do ponto de vista de custos, embora tenha uma exposição relativamente pequena ao ACL onde está exposta ao mercado de curto prazo, a Companhia tem política de não vender toda sua energia, de forma a manter um ‘hedge’ natural contra variações em função do GSF – Generation Scaling Factor.

(v) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de

crédito compromissadas.

Controladora	Cenário I 31/12/2022	Cenário II +10%	Cenário III +20%
Indexadores (CDI em 31/12/2022 = 12,391% (TJPL em 31/12/2022 = 7,200%			
Exposição total	8.383	9.221	10.060
Aumento do CDI	12,39%	13,63%	14,87%
Aumento do TJLP	7,20%	7,92%	8,64%
Ganho/(Perda) no resultado	0	838	1.677
Consolidado	Cenário I 31/12/2022	Cenário II +10%	Cenário III +20%
Indexadores (CDI em 31/12/2022 = 12,391% (TJPL em 31/12/2022 = 7,200%			
Exposição total	8.383	9.221	10.060
Aumento do CDI	12,39%	13,63%	14,87%
Aumento do TJLP	7,20%	7,92%	8,64%
Ganho/(Perda) no resultado	0	838	1.677

d. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

e. Risco ambiental

Para geração e fornecimento de energia, as Controladas apresentam estudos ambientais anualmente junto à NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins – autarquia de monitoramento e controle ambiental) e SUPRAMs (Superintendências Regionais de Meio Ambiente), onde são requeridos o cumprimento do PBAs. (que podem envolver acompanhamento de qualidade da água, sedimento e fauna). Todas as licenças de operação estão vigentes e/ou tiveram seu pedido de renovação protocolado tempestivamente.

20 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

21 Transações que não afetaram o caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes Relacionadas no Ativo				
Conciliação com Partes Relacionadas no Passivo	(332)	-	1.200	-
Total de operações não caixa	(332)	-	1.200	-
Partes Relacionadas no Passivo				
Conciliação com Partes Relacionadas no Ativo	332	-	(1.200)	-
Redução do Capital Social	64.356	-	64.356	-
Total de operações não caixa	64.688	-	63.156	-
Patrimônio Líquido				
Redução do Capital Social	(64.356)	-	(64.356)	-
Total de operações não caixa	(64.356)	-	(64.356)	-

22 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes.